

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	572.078.479
Preferenciais	578.578.081
Total	1.150.656.560
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	5.493.084	5.556.532
1.01	Ativo Circulante	915.264	1.050.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.430	351.382
1.01.02	Aplicações Financeiras	304.524	100.815
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	304.524	100.815
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	304.524	100.815
1.01.03	Contas a Receber	391.208	345.614
1.01.03.01	Clientes	384.759	339.393
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.449	6.221
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.449	6.221
1.01.04	Estoques	119.780	116.404
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.107	125.054
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.107	125.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.215	11.503
1.01.08.03	Outros	14.215	11.503
1.02	Ativo Não Circulante	4.577.820	4.505.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.139.111	1.133.589
1.02.01.04	Contas a Receber	18.092	18.712
1.02.01.04.01	Clientes	15.322	15.765
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.770	2.947
1.02.01.07	Tributos Diferidos	57.332	56.696
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.332	56.696
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.063.687	1.058.181
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	98.650	100.348
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	20.904	20.904
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	901.476	895.534
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	42.657	41.395
1.02.02	Investimentos	32	32
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32
1.02.03	Imobilizado	52.020	53.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52.020	53.546
1.02.04	Intangível	3.386.657	3.318.593
1.02.04.01	Intangíveis	3.386.657	3.318.593
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.752.928	1.703.528
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.633.729	1.615.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	5.493.084	5.556.532
2.01	Passivo Circulante	922.138	953.579
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.379	83.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.738	19.337
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.641	64.123
2.01.02	Fornecedores	92.649	164.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	92.649	164.093
2.01.03	Obrigações Fiscais	118.699	153.188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.724	152.070
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.476	104.906
2.01.03.01.02	REFIS	654	149
2.01.03.01.03	COFINS	12.761	12.332
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	25.253	24.615
2.01.03.01.05	Outros	10.580	10.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	975	1.118
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	482.647	400.833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	195.570	167.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86.446	65.011
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	109.124	102.538
2.01.04.02	Debêntures	251.475	203.433
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	35.602	29.851
2.01.05	Outras Obrigações	62.204	62.068
2.01.05.02	Outros	62.204	62.068
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.951	56.951
2.01.05.02.07	Outros	5.253	5.117
2.01.06	Provisões	82.560	89.937
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	82.560	89.937
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	82.560	89.937
2.02	Passivo Não Circulante	2.180.867	2.344.544
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.861.062	2.031.497
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.081.923	1.170.592
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	332.980	360.553
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	748.943	810.039
2.02.01.02	Debêntures	758.142	836.614
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	20.997	24.291
2.02.02	Outras Obrigações	152.145	140.123
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	56.806	41.084
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	56.806	41.084
2.02.02.02	Outros	95.339	99.039
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	77.073	80.773
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.03	Tributos Diferidos	54.334	55.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.334	55.639
2.02.04	Provisões	113.326	117.285
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	113.326	117.285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.487	6.487
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14.957	30.434
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	76.072	76.072
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	15.810	4.292
2.03	Patrimônio Líquido	2.390.079	2.258.409
2.03.01	Capital Social Realizado	1.355.289	1.355.289
2.03.03	Reservas de Reavaliação	75.809	76.325
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	75.809	76.325
2.03.04	Reservas de Lucros	736.576	736.576
2.03.04.01	Reserva Legal	49.576	49.576
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	687.000	687.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	134.203	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	63.052	65.069
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	25.150	25.150

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	574.236	463.016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-244.906	-241.690
3.03	Resultado Bruto	329.330	221.326
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-122.160	-105.509
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.051	-31.692
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93.369	-76.390
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.001	2.857
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.741	-284
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	207.170	115.817
3.06	Resultado Financeiro	-8.963	-51.111
3.06.01	Receitas Financeiras	18.916	15.781
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.879	-66.892
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	198.207	64.706
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.537	-22.108
3.08.01	Corrente	-68.477	-22.811
3.08.02	Diferido	1.940	703
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	131.670	42.598
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	131.670	42.598
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,10895	0,03921
3.99.01.02	PN	0,11985	0,04272

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	131.670	42.598
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.533	-2.565
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-3.836	-3.886
4.02.04	Realização dos Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	1.303	1.321
4.03	Resultado Abrangente do Período	129.137	40.033

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.880	62.027
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.666	86.789
6.01.01.01	Outros	177	0
6.01.01.02	Lucro do Exercício	131.670	42.598
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	43.609	40.937
6.01.01.04	Depreciação - Credito de Tributos	2.939	2.664
6.01.01.05	IR e CSLL Diferidos	-1.941	-703
6.01.01.06	Provisão para Contingências	0	-196
6.01.01.07	Alienação do Imobilizado	17	227
6.01.01.08	AVP Direito de Uso de Bem	1.195	1.262
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-103.786	-24.762
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-44.923	84
6.01.02.02	Partes Relacionadas	15.494	2.983
6.01.02.03	Estoques	-3.376	5.668
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	1.698	-366
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	50.947	5.703
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	-81	-694
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-38.189	8.674
6.01.02.08	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-22.854	-21.032
6.01.02.09	Fornecedores	-71.444	-24.044
6.01.02.10	Plano Previdenciario	11.518	0
6.01.02.11	Convênios com Prefeituras	143	0
6.01.02.20	Outros	-2.719	-1.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.045	-92.215
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-119.045	-92.215
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-91.078	-53.255
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	-22.889	19.941
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-68.189	-73.196
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-136.243	-83.443
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	452.197	455.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	315.954	372.339

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.670	0	131.670
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.670	0	131.670
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.533	-2.533	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.836	-3.836	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.303	1.303	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	687.000	49.576	134.203	164.011	2.390.079

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.598	0	42.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.598	0	42.598
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.566	-2.566	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.886	-3.886	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.321	1.321	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.07	Saldos Finais	1.224.547	623.626	37.425	45.164	115.414	2.046.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	620.941	499.556
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	632.780	510.945
7.01.02	Outras Receitas	260	2.573
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.099	-13.962
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-157.727	-161.304
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-84.015	-86.961
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.594	-69.902
7.02.04	Outros	-4.118	-4.441
7.03	Valor Adicionado Bruto	463.214	338.252
7.04	Retenções	-53.641	-50.655
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.548	-43.601
7.04.02	Outras	-7.093	-7.054
7.04.02.01	Amortização de direito de uso de bens	-7.093	-7.054
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	409.573	287.597
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.916	15.781
7.06.02	Receitas Financeiras	18.916	15.781
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	428.489	303.378
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	428.489	303.378
7.08.01	Pessoal	123.662	105.457
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.980	74.511
7.08.01.02	Benefícios	38.728	23.993
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.954	5.652
7.08.01.04	Outros	0	1.301
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145.278	88.431
7.08.02.01	Federais	145.176	88.313
7.08.02.02	Estaduais	89	105
7.08.02.03	Municipais	13	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.879	66.892
7.08.03.01	Juros	57.062	58.859
7.08.03.03	Outras	-29.183	8.033
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	-32.035	-273
7.08.03.03.02	Outras Despesas de Financiamentos	33	21
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	2.819	8.285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	131.670	42.598
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	131.670	42.598

Comentário do Desempenho



Comentários dos resultados até o 1º Trimestre 2025 em milhares de Reais

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO E INDICADORES RELACIONADOS

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 1º trimestre de 2025 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	31/03/2025	31/03/2024	Variação	Δ%
Ligações de Água	846.802	848.308	-1.506	-0,2%
Ligações de Esgoto	161.061	144.939	16.122	11,1%
Unidades Autônomas de Água	1.282.574	1.274.916	7.658	0,6%
Unidades Autônomas de Esgoto	399.842	366.107	33.735	9,2%
Volume Faturado de Água (m ²)	50.013.182	49.042.369	970.813	2,0%
Volume Faturado de Esgoto (m ²)	12.538.225	11.466.784	1.071.441	9,3%
População. Abast. c/ Água	2.790.321	2.676.813	113.508	4,2%
Índice de Abast. De Água	95,6%	96,1%	-0,5%	-0,5%
População. Atendida c/Esgoto	865.515	825.297	40.218	4,9%
Índice de Abast. De Esgoto	29,7%	29,6%	0,1%	0,3%
Número de Empregados	2.689	2.671	18	0,7%
Ligações (A+E) /Empregados	374,8	371,86	2,9	0,8%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	25,5%	27,3%	0,2%	-6,6%

Os números do mercado de atuação do 1º trimestre de 2025 demonstram a continuidade dos avanços nas metas da Companhia, especialmente na ampliação do acesso aos serviços de esgotamento sanitário e no aumento da população atendida com água.



Comentário do Desempenho

Observa-se também uma melhora na produtividade dos empregados e maior eficiência no uso dos recursos, pela redução do índice de despesas com pessoal em relação à receita operacional líquida.

Apesar da leve queda no número de ligações de água e no índice de cobertura, os resultados indicam uma tendência positiva de crescimento sustentável, com foco na universalização dos serviços e na melhoria contínua da eficiência operacional e econômica da Companhia.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. Nesse sentido, foram aplicados até março de 2025 o montante de R\$119.045, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2024

Ativo

No comparativo entre 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o ativo total apresentou uma leve redução de 1,1%, passando de R\$5.556.532 para R\$5.493.084, devido ligeira redução do ativo circulante

Ativo Circulante



Comentário do Desempenho

O Ativo Circulante apresentou uma redução de 12,9%, passando de R\$1.050.772 em 31 de dezembro de 2024 para R\$915.264 em 31 de março de 2025.

A principal causa dessa variação no Ativo Circulante reside na dinâmica entre o "Caixa e aplicações", que sofreram uma redução. Essa movimentação está diretamente ligada à entrada do empréstimo Fonplata no final de dezembro de 2024, que está sendo destinado para investimentos.

Em contrapartida, as Contas a receber de clientes demonstraram um crescimento relevante de 13,4%, decorrente do aumento do faturamento, sem impacto na inadimplência que segue baixa.

Ativo Não Circulante

Apurou-se um acréscimo de 1,6% em relação a dezembro, passando de R\$3.372 para R\$3.439, decorrente principalmente do aumento da conta Intangível e Ativo de Contrato (Obras em andamento) que obteve acréscimo de 2,9% e 1,2% respectivamente (atingindo R\$68.064) correspondente ao avanço na execução de obras de saneamento.

Passivo

O total do passivo registrou uma redução de 1,1%, passando de R\$5.556.532 para R\$5.493.084, principalmente pela redução do endividamento.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou uma redução de 3,3%, passando de R\$953.579 para R\$922.138. Essa redução foi influenciada, principalmente, pela expressiva redução de 43,5% na conta de Fornecedores, refletindo o cumprimento dos pagamentos pela empresa. Além disso, a conta Impostos e contribuições a recolher também registrou uma queda de 22,5%

Por outro lado, empréstimos e financiamentos cresceram 20,5%, atingindo R\$447.045, devido a novas captações.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante sofreu uma redução de 7%, totalizando R\$2.180.867 em 31 de março de 2025, ante R\$2.344.544 em 31 de dezembro de 2024. A rubrica que mais contribuiu para essa variação fora a conta de Empréstimos e Financiamentos com redução de R\$167.141.

4.2. RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

No 1º trimestre de 2025, a Receita Bruta da Companhia totalizou R\$632.779, representando um crescimento de 23,8% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelas receitas de tarifas de água e esgoto, que registraram aumentos expressivos. Ocasionalmente pelo reajuste tarifário a partir de junho de 2024 de 16,08%, e também pelo crescimento do consumo e base total de clientes.

Comentário do Desempenho



O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhões de reais:

	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Tarifas de água	485.575.524	396.425.069	89.150.455	22,5%
Tarifas de esgoto	142.316.182	108.747.028	33.569.155	30,9%
Outras	4.887.741	5.773.277	-885.536	-15,3%
Total Receita Bruta	632.779.447	510.945.374	121.834.074	23,8%
Deduções da receita PIS e COFINS	(58.543.027)	(47.929.123)	(10.613.905)	22,2%
Total Receita Líquida	574.236.420	463.016.251	111.220.169	24,0%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de apenas 5,02% (de R\$367.326 para R\$349.772, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Pessoal	146.301	126.275	20.026	15,9%
Materiais	26.215	28.830	-2.616	-9,1%
Serviços de Terceiros	87.247	90.394	-3.147	-3,5%
Gerais	44.764	42.320	2.444	5,8%
Depreciação, Amortização e Prov.	62.801	61.953	847	1,4%
Total	367.326	349.772	17.554	5,0%

As principais variações verificadas nos grupos foram:

Pessoal, com aumento de 15,9% ocasionado principalmente pelo evento não recorrente de equacionamento déficit atuarial de R\$12.514, além dos reajustes salariais, com base no INPC de 3,2% em 2024 (data base maio).

Materiais, com redução de 9,1% ocasionado principalmente pela redução tanto do consumo quanto do preço dos materiais de tratamento e dos materiais de manutenção e operação.

Serviços de Terceiros, com diminuição de 3,5% principalmente pelas expressivas reduções em gastos relevantes, como Energia Elétrica (6,7%), serviços de manutenção e operação (54,9%), Serviços de corte e Religações (44,3%) e serviços de cobrança e arrecadação (20,8%).

Gerais e Administrativas, com aumento de 5,8% ocasionado principalmente pelo aumento em custas legais e judiciais 129,6%, despesas com ações cíveis 130,8%, e IOF 226,5%.

Depreciações, Provisões e Amortizações, apesar do aumento na amortização de intangíveis impulsionado pela entrada em operação de novos ativos, o grupo registrou um aumento de apenas 1,4% nas Depreciações, Provisões e Amortizações ao comparar os resultados.



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado financeiro teve uma variação de menos 82,5% (de -R\$51.111 para -R\$8.963). Decorrente de um aumento nas receitas financeiras e redução expressiva das despesas financeiras, decorrente principalmente pelas variações cambiais negativas dos empréstimos em moeda estrangeira.

	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Variação	Variação %
Receitas financeiras	18.916	15.781	3.135	19,9%
Despesas financeiras	(27.879)	(66.892)	39.013	-58,3%
Total	(8.963)	(51.111)	(42.148)	-82,5%

Lucro Líquido do Exercício

No 1º ITR de 2025, a Companhia apurou um Lucro Líquido expressivo de R\$131.670, representando um crescimento notável de 209,1% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$42.598). O aumento expressivo de 209,1% no Lucro Líquido no 1º ITR de 2025 foi impulsionado principalmente por um forte crescimento do Resultado Operacional e uma melhora significativa no Resultado Financeiro.

	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Variação	Variação %
Resultado Operacional	207.170	115.817	91.353	78,9%
Resultado Financeiro	(8.963)	(51.111)	42.148	-82,5%
Tributos sobre o Lucro	(66.537)	(22.108)	(44.429)	201,0%
Lucro Líquido	131.670	42.598	89.072	209,1%

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

No 1º ITR de 2025, o EBITDA da Companhia alcançou R\$260.811, um aumento de 57% em relação aos R\$166.473 registrados no 1º ITR de 2024. A margem EBITDA também apresentou um crescimento significativo, passando de 36,0% em março de 2024 para 45,4% em março de 2025, o que representa uma variação positiva de 26%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2025, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 192 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 193 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 171 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2025	19	2034	7	2043	14	2052	1
2026	5	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou	
2031	1	2041	2	2049	13	vencido	12
2032	3	2042	12	2050	8		

Total de 193 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo.
- O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.



Notas Explicativas

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na



Notas Explicativas

data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa



Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são

Notas Explicativas

avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

Notas Explicativas

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2024 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.



Notas Explicativas

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção



Notas Explicativas

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

Notas Explicativas

estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

Notas Explicativas

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
Vencimento das Prestações	Ano 2025	Ano 2024
2024	-	11.941
2025	37.216	31.854
2026	26.027	19.687
2027	1.631	1.044
2028	661	696

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2024	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31/03/2025
Não Circulante					
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	41.395	8.422	(264)	(6.896)	42.657
PASSIVO					
Contratos de Arrendamento Mercantil	54.143	8.422	(5.019)	(947)	56.599
Circulante	29.851				35.602
Não Circulante	24.292				20.997

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez



Notas Explicativas

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		03/2025 a 03/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		230.636	259.465	201.807	288.295	172.977	345.956	115.320
CAIXA	UPR	10.384	11.682	9.086	12.980	7.788	15.576	5.192
Debêntures Simples	CDI	124.403	139.953	108.853	155.504	93.302	186.605	62.202
Debêntures Incentivada	IPCA	61.325	68.991	53.659	76.656	45.994	91.988	30.663
Banco do Brasil	CDI	25.411	28.587	22.235	31.764	19.058	38.117	12.706
ABC	CDI	9.113	10.252	7.974	11.391	6.835	13.670	4.557
Indexador:								
	CDI	14,15	15,92	12,38	17,69	10,61	21,23	7,08
	IPCA	1,31	1,47	1,15	1,64	0,98	1,97	0,66
	UPR	22,79632	25,64586	19,94678	28,49540	17,09724	34,19448	11,39816

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda 31/03/2025		+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
Passivo Financeiro		858.067	965.323	750.807	1.072.582	643.548	1.287.099	429.034
AFD	Euro	157.536	177.227	137.843	196.919	118.151	236.303	78.768
JICA	Ien	378.295	425.582	331.008	472.869	283.721	567.443	189.148
FONPLATA	Dolar	322.236	362.514	281.956	402.794	241.676	483.353	161.118
Cotação:								
	Euro	6,1993	6,9742	5,4244	7,7491	4,6495	9,2990	3,0997
	Ien	0,03831	0,04310	0,03352	0,04789	0,02873	0,05747	0,01916
	Dolar	5,74220	6,45998	5,02443	7,17775	4,30665	8,61330	2,87110



Notas Explicativas

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.287.110	2.378.188
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(11.430)	(351.382)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(304.524)	(100.815)
Dívida Líquida	1.971.156	1.925.991
Total do Patrimônio Líquido	2.390.079	2.258.409
Capital Total	4.677.189	4.636.597
Índice de Alavancagem	42%	42%
Participação de Capital Próprio	51%	49%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.430	351.382
Aplicações Financeiras e Títulos	304.524	100.815
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	400.081	355.158
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.429.044)	(1.465.611)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(858.066)	(912.577)



Notas Explicativas

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que

Notas Explicativas

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

Notas Explicativas

	31/03/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	490.439	142.340	632.779
Deduções da receita bruta	(45.467)	(13.076)	(58.543)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	444.972	129.264	574.236
Amortização operacional			(34.739)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(210.167)
Lucro bruto			329.330
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(122.420)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			260
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			207.170

	31/03/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	402.183	108.762	510.945
Deduções da receita bruta	(37.786)	(10.143)	(47.929)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	364.397	98.619	463.016
Amortização operacional			(32.351)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(209.339)
Lucro bruto			221.326
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(108.082)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			2.573
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			115.817

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	31/03/2025		31/03/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	220.602	92.088	179.600	73.519
Sul/Serra	90.869	23.488	74.038	15.597
Oeste	99.903	18.667	84.635	13.944
Norte/Vale	79.365	8.097	63.910	5.702
Total	490.439	142.340	402.183	108.762

Receita Operacional por Município:

	31/03/2025		31/03/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	120.150	70.281	95.467	55.770
Chapecó	29.949	12.123	23.485	9.160
Criciúma	33.152	13.507	26.877	11.025
Rio do Sul	12.379	558	9.371	311
São José	44.268	16.397	37.635	14.351
Outros	250.541	29.474	209.348	18.145
Total	490.439	142.340	402.183	108.762

Notas Explicativas

No comparativo entre períodos, os incrementos mais significativos de receitas de esgoto foram nos municípios de Florianópolis (2 mil novas ligações, do novo sistema dos Ingleses) e Laguna (5 mil ligações liberadas para faturamento devido a provimento, em 11 de junho, do Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina "que afastou a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto", devido a Ação Civil Pública n. 002132-78.2020.8.24.0040, proposta pelo município).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Bancos	11.430	351.382
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	11.430	351.382

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$304.524 (R\$100.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregular a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14 milhões investidos. A Companhia está

Notas Explicativas

acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Consumidores finais	325.377	294.979
Entidades públicas	35.724	30.054
Consumo a faturar	109.722	98.556
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(86.064)	(84.196)
Total Circulante	384.759	339.393
Não circulante		
Consumidores finais	9.687	9.814
Entidades públicas	5.635	5.951
Créditos reconhecidos como perdas	368.021	357.943
(-) Perdas reconhecidas	(368.021)	(357.943)
Total Não circulante	15.322	15.765
Total Contas a Receber de Clientes	400.081	355.158

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2025, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	32.195	8.048	1.991	7.555	42.058	91.847
Industrial	5.475	797	219	919	6.308	13.718
Pública	18.339	9.741	3.631	19.157	118.233	169.101
Residencial	134.864	60.619	14.440	58.433	201.422	469.778
Consumo a faturar	109.722	-	-	-	-	109.722
	300.595	79.205	20.281	86.064	368.021	854.166
PCLD	-	-	-	(86.064)	(368.021)	(454.085)
Total Contas a Receber	300.595	79.205	20.281	-	-	400.081



Notas Explicativas

9.1. Reajuste Tarifário e Nova Tarifa Social

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	R\$ 22,85
0 a 15	R\$ 1,52
16 a 25	R\$ 14,12
26 a 50	R\$ 18,88
Acima de 50	R\$ 23,76

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	119.780	116.404

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:



Notas Explicativas

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	43.469	82.604
Contribuição Social a compensar	14.769	30.463
Impostos retidos a recuperar	15.449	11.881
Outros	420	106
Total	74.107	125.054

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	7.583	7.709
Convênios com prefeituras	199	342
Adiantamentos a empregados	4.277	1.395
Pagamentos reembolsáveis	1.077	1.085
Outros créditos	1.079	972
Total	14.215	11.503

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de março de 2025, R\$901.476 (R\$895.534 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Ajustes	Saldo em 31/03/2025
Ativos Financeiros de Contrato	895.534	8.163	(2.221)	901.476

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de março de 2025 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2024	Saldo Contábil 31/03/2025
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Total	40.629	5.946		19.725	20.904

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800

Notas Explicativas

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					580.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo com a CASAN com as seguintes condições de pagamento:

Valor do Acordo: R\$3.785, sendo 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior.

	31/03/2025	31/12/2024
Outros Créditos a Receber	2.770	2.947

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/03/2025				31/12/2024
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	86.064	21.516	7.746	29.262	28.626
Contingências trabalhistas	6.487	1.622	584	2.206	2.206
Contingências cíveis	76.071	19.018	6.846	25.864	25.864
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	168.622	42.156	15.176	57.332	56.696
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				57.332	56.696

Notas Explicativas

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	31 de março de 2025
Provisão crédit. liquid. duvidosa	25.058	3.568	28.626	636	29.262
Provisão para contingências	26.286	1.784	28.070	-	28.070
Prejuízo Fiscal	1.982	(1.982)	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	53.326	3.370	56.696	636	57.332

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2024 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	31/03/2025 Líquido
Sistema de Água	652.087	(24.262)	(11)	79.625	652.087
Sistema de Esgoto	1.051.441	(20.195)	(1)	14.244	1.051.441
Total	1.703.528	(44.457)	(12)	93.869	1.752.928

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/03/2025	31/12/2024
Produção	440.069	413.315
Distribuição	67.698	56.547
Projetos e obras de operação Imediata	17.163	74.334
Total Água	524.930	544.196
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.071.138	1.027.323
Projetos e obras de operação Imediata	6.540	11.748
Total Esgoto	1.077.678	1.039.071
Projetos e obras administrativas	11.303	12.264
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	19.818	19.534
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	31.121	31.798
Total Ativos de Contrato	1.633.729	1.615.065

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/03/2025
Ativos de Contrato	1.615.065	102.776	(84.112)	1.633.729

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2024 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições /Transf.	31/03/2025 Líquido
Ativos Administrativos	53.546	(2.131)	(51)	656	52.020

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos reavaliados	214.141	219.282
Tributos sobre a reavaliação	(54.334)	(55.639)
Saldo da reavaliação	159.807	163.643

15.4. Investimentos no período

De janeiro a março de 2025, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$119.045**.

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São Jose e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Araquari e Barra do Sul	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)

15.5. Depreciação e Amortização

Notas Explicativas

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31/03/2025	31/12/2024
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/03/2025		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	167.137	(9.601)	157.536
Japan International Cooperation Agency - JICA	398.200	(19.905)	378.295
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	448.369	(126.133)	322.236
Total de Operações líquidas no exterior	1.013.706	(155.639)	858.067
Caixa Econômica Federal – CAIXA	263.179	(83.235)	179.944
Debêntures	1.437.145	(427.528)	1.009.617
Banco Safra	0	(0)	0
Banco do Brasil	226.542	(46.285)	180.257
Banco ABC	83.189	(23.964)	59.225
Total Operações Líquidas no país	2.010.055	(581.012)	1.429.043
Total Empréstimos e Financiamentos	3.023.761	(736.651)	2.287.110

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	64.773	65.609	92.763	96.310	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	37.936	36.777	340.359	373.153	1,20% a.a.
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	6.415	152	315.821	340.576	3,59% a.a
Total de Operações no exterior	109.124	102.538	748.943	810.039	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2025.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Caixa Econômica Federal	14.449	14.197	165.495	168.348	Nota Exp.
Debêntures	251.475	203.433	758.142	836.614	Nota Exp.
Banco Safra	-	3.939	-	-	Nota Exp.
Banco ABC	22.865	15.517	36.360	43.632	Nota Exp.
Banco do Brasil	49.132	31.358	131.125	148.573	Nota Exp.
Total de Operações no país	337.921	268.444	1.091.122	1.197.167	
Total de Empréstimos e Financiamentos	447.045	370.982	1.840.065	2.007.206	

- a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.
- b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	31/03/2025
Amortizações para 2025	410.991
Amortizações para 2026	545.896
Amortizações para 2027	420.114
Amortizações para 2028 em diante	910.109
Total	2.287.110

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$ 6,43630 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6,19930 em 31 de março de 2025; 1 IENE equivalente a R\$ 0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 0,03831 em 31 de março de 2025; e 1 DÓLAR equivalente a R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 5,7422 em 31 de março de 2025.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$ 157.536 equivalente a €25.412.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7



Notas Explicativas

anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$ 378.295 equivalente a ¥ 14.492.484.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/03/2025	31/12/2024
2012 A 2012	2034 a 2036	179.944	182.545

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor das 2ª Debêntures é de R\$246.223.

Debêntures Simples e Incentivada - 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na



Notas Explicativas

forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$763.394.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e liquidado em 12 de fevereiro de 2025.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$22.392.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$36.091.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$51.355.



Notas Explicativas

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$25.149.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$45.270.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$33.774.

Em 23 de Dezembro de 2023, foi contratado uma CCB com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização e alterando a taxa de juros para 3,60%. Em 27 de junho de 2024 foi realizado um novo aditivo prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A amortização ficou com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 17 de maio de 2027. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor é de R\$25.451.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31 de março de 2025 não ocorreu nenhum desembolso.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de R\$339.267 (USD 55.000). O objetivo deste financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A taxa de juros do financiamento é de 3,59% ao ano, acrescida da taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate). O desembolso ocorreu em 30 de dezembro de 2024. O financiamento tem prazo de carência de 2 anos. Após esse período, haverá 6 anos de amortização, iniciando



Notas Explicativas

em 15 de setembro de 2025, com a última parcela em 15 de setembro de 2032. Em 31 de março de 2025, o saldo devedor é de R\$322.236 equivalente a US\$ 56.117.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante:		
Provisão para férias	50.460	46.197
INSS	8.542	8.734
FGTS	2.017	2.982
IR s/folha de pagamento	6.379	9.791
Consignações	162	164
Salários	14.427	14.936
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	716	-
Outros	676	656
Total Circulante	83.379	83.460
Não Circulante:		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.518	-
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	4.292	4.292
Total Não Circulante	15.810	4.292

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV

O plano CASANPREV, aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$4.292 (R\$4.292 em 31 de dezembro de 2024).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2025
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.526)
1 Custo do serviço corrente bruto	830
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.356)
Custo líquido dos juros	175
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.351)

Notas Explicativas

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$12.234, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%. As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante:		
REFIS	654	149
COFINS	12.761	12.332
COFINS PARCELAMENTO	25.253	24.615
PIS	2.755	2.670
PIS PARCELAMENTO	5.463	5.324
Imposto de Renda - retenções	208	177
Imposto de Renda sobre lucro real	49.799	75.565
PIS/COFINS/CSLL - retenções	772	485
INSS de terceiros	1.382	1.412
Contribuição social sobre lucro real	18.677	29.341
Outros	975	1.118
Total circulante	118.699	153.188
Não circulante:		
REFIS	2.362	468
COFINS PARCELAMENTO	61.424	66.023
PIS PARCELAMENTO	13.287	14.282
Total não circulante	77.073	80.773

Notas Explicativas

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo anterior	149	4.367	468	577
Transferências	93	148	(93)	(148)
Consolidação	497	-	1.987	-
Atualizações (TJLP)	36	65	-	39
Amortizações	(121)	(4.431)	-	-
Total	654	149	2.362	468

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$54.334 em 31 de março de 2025 (R\$55.639 em 31 de dezembro de 2024), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituídas com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, as provisões são em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão contingências cíveis	76.072	76.072
Provisão contingências trabalhistas	6.487	6.487
Total Provisões	82.559	82.559
Total Depósitos dados em garantia	(98.650)	(100.348)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(16.091)	(17.789)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$311.031 (R\$290.855 em 31 de dezembro de 2024).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**21.1. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)**

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	31/03/2025	31/12/2024
PDVI 2017 – Passivo Circulante	82.560	89.937
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	14.957	30.434
Total PDVI	97.517	120.371

22. PARTES RELACIONADAS



Notas Explicativas

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Gov. do Estado - SC (Precatórios) ¹	-	-	52.960	41.084	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.356	6.099	-	-	12.359	9.762	-	-
Celesc	93	122	3.846	-	-	141	32.821	31.552
Total	6.449	6.221	56.806	41.084	12.359	9.903	32.821	31.628

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Salário ou Pró-labore	619	593
Benefícios diretos e indiretos	307	221
Representações	38	39
Diárias	14	11
Total	978	864

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de março de 2025 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Notas Explicativas

24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.355.289 (Um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, dezenove reais e sessenta e três centavos), representados por 1.150.656.560 ações (exatamente igual ao de dezembro de 2024).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, assegurada a estas a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	31/03/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

Acionistas	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

24.2. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.



Notas Explicativas

24.3. Resultado por Ação

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	131.670	42.598
Quantidade total de ações	1.150.656.560	1.039.655.158
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,11443	0,0409

24.4. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 31 de março de 2025, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$25.150, valor igual ao registrado em 31 de dezembro de 2024.

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Tarifas de água	485.575	396.425
Tarifas de esgoto	142.316	108.747
Outras receitas de serviços de água	4.864	5.758
Outras receitas de serviços de esgoto	24	15
Total do faturamento	632.779	510.945
Impostos sobre vendas e outras deduções	(58.543)	(47.929)
Total receita líquida	574.236	463.016

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de março de 2025, no montante de R\$111.262 (R\$85.512 em 31 de março de 2024).

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	31/03/2025	31/03/2024
Salários e encargos*	146.300	126.275
Materiais	26.215	28.830
Serviços de terceiros	87.247	90.394
Gerais e tributárias	19.570	15.551
Depreciações, amortizações e provisões	43.609	40.937
Amortização direito de uso de bem	7.093	7.054
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	12.099	13.962
Recomposição de pavimentação	3.659	7.244
Fundos para programas municipais	21.534	19.524
Total	367.326	349.771

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/03/2025	31/03/2024
Salários	50.937	48.405
Férias, Abono e 13º Salário	14.671	13.999
Custos previdenciários	36.348	21.966
FGTS	5.954	5.652
Programa de alimentação	12.780	12.687
Programa de saúde	13.241	11.148
Gratificações	10.169	8.973
PDVI – Demissão voluntária incentivada	-	1.301
Outros benefícios	2.201	2.144
Total	146.301	126.275
Número de empregados	2.770	2.751

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	456	266
Juros ativos	3.309	685
Rendimento de aplicações financeiras	10.234	10.577
Acréscimos por inadimplências contratuais	4.917	4.203
Ganho com recuperação de crédito	-	50
Total Receitas Financeiras	18.916	15.781



Notas Explicativas

	31/03/2025	31/03/2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.031)	(58.096)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	32.035	273
Multas e juros*	(2.819)	(8.187)
Correção monetária	-	(98)
Outras	(1.064)	(784)
Total Despesas Financeiras	(27.879)	(66.892)
Resultado Financeiro Líquido	(8.963)	(51.111)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	379	20
Comissão prestação de serviços/convênios	264	270
Reversão causas trabalhistas	113	264
Reversão causas cíveis	-	264
Vendas de bens do imobilizado	-	665
Contribuições e doações	567	1.364
Outras	679	10
Total Outras Receitas Operacionais	2.001	2.857
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(21)	(230)
Provisões causas cíveis	-	-
Fiscais e tributárias	(1.720)	(54)
Total Outras Despesas Operacionais	(1.741)	(284)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	260	2.573

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2025, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.



Notas Explicativas

A Companhia aluga 569 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Diante da deflagração, pelo município de São Miguel do Oeste, de processo licitatório em 2024 para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

A licitação está cautelarmente sustada, sem abertura da proposta de preços. Um Parecer do Ministério Público de Contas, recomendou que a Agência Reguladora ARIS venha participar do processo, a fim de contribuir no levantamento da indenização dos ativos não amortizados, a serem pagos previamente à Companhia, em caso da homologação da licitação.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2025, o acionista majoritário, Governo do Estado, registrou a aprovação da reversão total dos seus dividendos e juros sobre o capital próprio, para Futuro Aumento de Capital.

32.2. 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

No dia 23.04.2025 a Companhia realizou o anúncio do encerramento da oferta pública de distribuição 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. Foram subscritas e integralizadas 625.000 (seiscentas e vinte cinco mil) debêntures, em três séries, sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de abril de 2025 ("Data de Emissão"), o montante total de R\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais), sendo (i) R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) correspondentes às debêntures da primeira série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais) correspondentes às debêntures da segunda série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série"); e (iii) R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) correspondentes às debêntures da terceira série da Emissão ("Debêntures da Terceira Série", e, quando em conjunto com as Debêntures da Segunda Série, as "Debêntures Incentivadas"; sendo as Debêntures da Primeira Série em conjunto com as Debêntures Incentivadas, as "Debêntures").

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 05 de maio de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Rosângela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O-7
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

Florianópolis, 05 de maio de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão e Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

Florianópolis, 05 de maio de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão e Diretor Administrativo